

# Brasil e Coréia: uma relação em construção<sup>1</sup>

Mestranda pelo Programa San Tiago Dantas em Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP e Professora dos cursos de Comunicação Social e Relações Internacionais da FECAP.  
e-mail: julianacosta@uol.com.br

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo examinar, a partir dos modelos de desenvolvimento, implantados pelo Brasil e pela Coréia do Sul, a partir da década de 80, a evolução das relações entre o Brasil e a Coréia do Sul, ao longo das últimas décadas, principalmente nos 3 últimos governos – os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato do governo Lula.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira – Potências Intermediárias – Relações Brasil-Coréia do Sul

Este artigo tem por objetivo demonstrar o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Coréia do Sul ao longo das últimas décadas, principalmente no que tange os dois últimos governos brasileiros: os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato do presidente Lula.

Tal análise será feita, primeiramente, por meio dos caminhos percorridos pelos dois países em questão a partir da década de 80, do século XX. Na segunda parte, serão analisadas as relações Brasil e Coréia do Sul, partindo das relações do Brasil com o Continente Asiático e como tais relações se modificaram, principalmente, a partir da ênfase dada pelo governo Lula à chamada cooperação Sul-Sul.

## 1. Os caminhos do desenvolvimento no Brasil e na Coréia do Sul: semelhanças e diferenças

À primeira vista, parece que Brasil e Coréia do Sul são países muito semelhantes no que tange ao desenvolvimento político e econômico ao longo do século XX. Os dois países – economias periféricas e de industrialização tardia – foram liderados por militares nos anos 60 e 70. O seu desenvolvimento foi baseado nos chamados: planos nacionais de desenvolvimento, que buscaram promover e incrementar a indústria pesada, com vistas à substituição de importações e promoção das exportações com o objetivo de inserção aos “clube” dos países desenvolvidos.

Entretanto, determinados condicionamentos históricos, antecedentes culturais e modelos distintos de Estado determinaram processos muito divergentes de formação nacional e de formatação de um capitalismo retardatário. Durante os anos 80, os dois países tiveram que lidar com um mesmo problema: uma economia em transformação, onde os capitais ganharam maior mobilidade e houve uma difusão cada vez maior da tecnologia da informação – baseada na microeletrônica – gerando uma interdependência e uma integração entre os países da OCDE, da qual os países em desenvolvimento foram deixados de fora.

A chamada “crise da dívida”, deflagrada por meio da elevação da taxa de juros pelo Banco Central norte-americano – FED – entre 1979 e 1982, gerando uma grave crise nas finanças públicas dos países em desenvolvimento. Essa crise afetou fortemente a capacidade ordenadora do estado brasileiro, fazendo com que a

**Abstract:** *This article seeks to analyze, from the development models, established by Brazil and South Korea, in the eighties, the evolution of Brazil and South Korea Relations, alongside recent decades, mainly in the three last governments – the two mandates of Fernando Henrique Cardoso and the of president Lula.*

**Key-words:** *Brazilian Foreign Policy – Intermediate States – Brazil-South Korea Relations*

sua economia perdesse força devido a uma significativa queda nos investimentos, associada a condições difíceis de acesso dos produtos brasileiros aos mercados desenvolvidos, conduzindo a uma defasagem na absorção das transformações tecnológicas em curso no período. Em resumo, o Brasil se viu assolado pela hiperinflação e pela estagnação, perdendo, dessa maneira, o “bonde do desenvolvimento”.

A Coréia do Sul também foi afetada pela “crise da dívida” do início da década de 80, mas percorreu um caminho diferente, saindo-se melhor da crise do que o Brasil. O êxito do debelamento da crise se deveu, em parte, à parceria com o Japão, na tentativa de avançar, industrial e tecnologicamente, em direção ao novo paradigma de desenvolvimento da época, em que a tecnologia da informação adquiriu um papel de destaque. Conforme aponta Coutinho, “articulada ao sistema japonês através de fortes nexos comerciais, tecnológicos e financeiros, a Coréia do Sul reforça ainda mais, nos anos 80, o poderio de seus grandes grupos econômicos, buscando saltar para a 3ª Revolução Industrial e Tecnológica, constituindo um complexo eletrônico competitivo, e buscando consolidar-se como um núcleo de vanguarda, de projeção global, em matéria de marcas próprias, tecnologia endogenamente desenvolvida e grandes empresas de porte mundial”.

Nesse período, a Coréia do Sul, assim como os tigres asiáticos, incorporou ao seu sistema produtivo os modernos sistemas de gestão privada, com grande ênfase ao planejamento estratégico, programas de qualidade e organização, visão de longo prazo e indicadores de acompanhamento de resultados.

O cenário mundial, na década de 90, mudou radicalmente para os países em desenvolvimento, que foram inundados por capitais externos, devido ao afrouxamento monetário-creditício nos países desenvolvidos, com expressiva redução das taxas de juros, fazendo com que os investidores buscassem aplicações alternativas, ou seja, taxas de retorno mais atraentes. É também no início da década de 90 que os países da América Latina, principalmente, passam a adotar o receituário liberalizante do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial – de taxa cambial única e fixa, moeda conversível, corte nos gastos públicos, privatizações e contenção salarial. O forte ingresso de capitais externos permitiu o congelamento ou a estabilização das taxas nominais de câmbio, levando a uma forte deterioração da balança comercial e a um retrocesso de parcela

<sup>1</sup>A continuação deste trabalho será apresentada no próximo número da Linceu Online.

considerável da indústria nacional.

No Brasil, o Plano Real, inaugurado no ano de 1994, optou por essa receita de manutenção da taxa de câmbio valorizada, gerando um aumento estrutural das importações, pois boa parte dos insumos, partes e componentes, antes produzidos por indústrias locais, foram sendo substituídos pelos similares importados – muito mais baratos devido ao câmbio defasado. Em consequência, o déficit em transações correntes cresceu e tornou muito elevadas as necessidades de financiamento externo, tornando a economia brasileira mais dependente dos fluxos externos de capitais, obrigando, assim, a manutenção de altas taxas de juros internas. A expansão do déficit ocorreu não apenas porque os encargos financeiros da dívida interna cresceram, mas também devido à necessidade de ajuste nas contas dos Estados e Municípios e dos bancos fragilizados pela inflação.

Apesar de perdas substanciais de reservas com as sucessivas crises que abalaram o mercado financeiro internacional na década de 90 – crises mexicana e asiática – o real não foi desvalorizado, permanecendo praticamente a mesma política cambial, embora ao custo de uma brusca e intensa elevação das taxas de juros no último bimestre de 1997 e de uma elevação nos tributos para o equilíbrio das contas públicas. Essa trajetória de sobrevalorização cambial, combinada com elevadíssimas taxas de juros, segundo Coutinho, gerou “reduzido ritmo de crescimento, explosão da dívida pública, esvaziamento de várias cadeias industriais e ampla desnacionalização de empresas industriais e de serviços”.

A Coreia também se deixou contagiar pela euforia em relação aos mercados emergentes, permitindo que seus bancos e empresas se engajassem nas facilidades do financiamento abundante e barato e relaxassem em matéria de eficiência e gestão. Neste período, os chaebols aceleraram a sua internacionalização, investindo pesado na fixação de suas marcas, com vistas a penetrar nos países desenvolvidos. Tais investimentos contribuíram para ampliar o déficit na balança de pagamento, no lado do saldo de capitais. Para combater tal deficiência, a China passou a ser utilizada como base para parcerias na montagem e fabricação de produtos intensivos em trabalho e como mercado dos produtos intermediários em escala.

No final dos anos 90, após sucessivas crises no continente asiático – crise financeira na Tailândia e colapso da bolsa de Hong Kong – a expectativa dos mercados em relação à Coreia foi revertida repentinamente, havendo uma abrupta contração dos créditos externos para os bancos coreanos, o que determinou uma forte erosão das reservas do Banco Central, obrigando o país a recorrer ao FMI. Esse colapso cambial atingiu fortemente os bancos coreanos e levou a um grande número de liquidações e a implementação de reformas no sistema financeiro, na estrutura das grandes empresas, nas regras e leis trabalhistas e de controle e restrições sobre os investimentos estrangeiros, não permitindo que sua economia e seu sistema empresarial fossem debilitados estruturalmente.

Com a superação da crise, o presidente democrático vem pressionando constantemente os chaebols para se reestruturarem e possui uma agenda fundada em três pilares: 1) trânsito para uma economia baseada na era do conhecimento; 2) construção de uma rede de proteção e segurança social mais abrangente; 3) persistência no caminho da abertura e da liberalização da economia.

Segundo COUTINHO (1999), a Coreia iniciou o século XXI “com uma economia robusta articulada pelo grande capital nacional (de porte global), com marcas próprias fortes e capacitação tecnológica suficiente para lhe permitir sonhar com

um papel de protagonista ativo na terceira revolução industrial”, enquanto o Brasil se debatia “com uma economia sem rumo, desarticulada, deficitária, endividada, com o Estado debilitado e com uma profunda fragilização do empresariado nacional, tornando muito difícil a formulação de um projeto de desenvolvimento”.

Essas diferenças de posicionamento fez com que os países chegassem ao presente em situações muito diferentes. Enquanto no Brasil, os 20% mais ricos detêm uma renda 32 vezes superior a dos 20% mais pobres, na Coreia do Sul essa correlação é menor 10 vezes. Ao analisarmos, por exemplo, a educação – setor priorizado pelo governo desde os anos 50 como “ponte” para se desenvolver – as disparidades se tornam ainda maiores, pois com apenas um terço da população brasileira, a Coreia possui o mesmo contingente de estudantes matriculados no ensino superior que o Brasil.

Tais números se devem ao fato de que, no Brasil, a inovação tecnológica continuou sendo responsabilidade das universidades e não das empresas, como no caso sul-coreano, trazendo ganhos que, muitas vezes, não foram revertidos em ganhos de competitividade ou incremento tecnológico industrial.

Desde 1996, a Coreia do Sul faz parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), clube dos países mais industrializados do mundo, do qual o Brasil tenta fazer parte. O avanço ágil na 3ª Revolução Industrial e Tecnológica permitiu aos chaebols imporem seus produtos com tecnologia e design próprios, como é o caso de empresas como Samsung, Hyundai, LG e Daewoo, marcas de expressão mundial, mostrando que os diferentes caminhos percorridos pelos dois países fizeram com que eles chegassem ao século XXI em situações distintas e tais diferenças fazem com que o relacionamento com a Coreia do Sul seja muito importante para o Brasil, pois podemos aprender algumas lições importantes com os sul-coreanos e entrarmos, definitivamente, no caminho do desenvolvimento.

## 2. *A relação do Brasil com o continente asiático*

Até quase o final do século XIX, o Brasil possuía relações escassas com os países asiáticos marcadas apenas por iniciativas esparsas. Oficialmente, as relações com o continente asiático têm seu início com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China, em 1881 e a abertura de um consulado brasileiro na cidade de Xangai, dois anos depois. Em novembro de 1895, o Brasil assina com o Japão o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

Os contatos com o continente asiático se intensificaram a partir da imigração japonesa iniciada no começo do século XX, com crescimento significativo até 1934, quando a nova Constituição brasileira limitou o fluxo migratório, praticamente interrompido com a 2ª Guerra Mundial e retomado apenas após 1955. Por sua vez, em decorrência de uma sucessão de conflitos internos e externos, os contatos bilaterais com a China foram escassos durante o período. Com o sucesso da revolução capitaneada por Mao Zedong, em 1949, o Brasil continuou mantendo relações diplomáticas com a República da China, agora estabelecida na ilha de Taiwan.

Nas décadas seguintes, apesar da proclamada intenção de universalização das parcerias, o relacionamento com os países asiáticos foi de certa forma incipiente e escasso. Durante o breve período da Política Externa Independente de Jânio Quadros, houve apenas contatos no plano multilateral, com vistas a construir uma agenda comum entre os países em desenvolvimento com o objetivo de instaurar uma nova ordem econômica internacional, distante da dinâmica Leste-Oeste da Guerra Fria, e sim pautada pelo diálogo Norte-Sul, buscando diminuir as diferenças entre os países desenvolvidos do Norte e os subdesenvolvidos do Sul, ou seja, uma

agenda baseada no desenvolvimento e não nas questões de segurança, características do período do conflito Leste-Oeste.

Em 1959, o presidente indonésio Sukarno fez a primeira visita de um presidente asiático ao Brasil, culminando com a assinatura de um acordo econômico bilateral, em 1961. Mesmo com esses dois eventos, não houve o estabelecimento de uma relação mais concreta entre os dois países e com a região do Sudeste Asiático. Tais eventos se devem mais ao fato de que a política externa independente foi fortemente influenciada pelo espírito da Conferência de Bandung, que objetivava o estreitamento das relações com mundo afro-asiático. Esse estreitamento de relações seria consequência do fato de que o mundo afro-asiático necessitava não só de autodeterminação nacional, mas também de superar os obstáculos ao seu desenvolvimento, saindo assim do subdesenvolvimento que caracterizava os países da região.

A partir dessa perspectiva, o Brasil se envolveu cada vez mais com o continente africano, por meio da chamada política africana, deixando um pouco de lado o relacionamento com os países asiáticos, principalmente do Sudeste do continente, que poderiam oferecer vantajosas oportunidades comerciais.

Dentro desse contexto de um certo afastamento em relação ao continente asiático – convivendo com alguns problemas como a Guerra do Vietnã e a forte presença dos Estados Unidos na região – o Brasil só estabeleceu laços realmente significativos com a China. O Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China em 15 de agosto de 1974 e, após tal fato, buscou uma ação conjunta com o país nos temas relacionados ao desenvolvimento. Mesmo sendo governados por regimes políticos tão díspares, houve uma certa convergência em relação às políticas externas dos dois países, principalmente em relação à determinação de assegurar autonomia no sistema internacional, enfatizando princípios como soberania e integridade territorial, opondo-se, dessa forma, a qualquer interferência externa nos assuntos internos. Ambos os países também se posicionaram contra a política de direitos humanos empreendida pelos Estados Unidos e em relação ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos.

No final dos anos 60, após um período de tentativa de aproximação mais forte com relação aos Estados Unidos, empreendida pelo primeiro governo revolucionário, o Brasil começou a retomar certos princípios da chamada política externa independente. Nesse contexto, o Brasil recusava-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, voltava a enfatizar a participação nos fóruns multilaterais e recuperava sua relativa liderança no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Com essa aposta mais enfática no terceiro-mundismo, o Brasil via na China, recém readmitida como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, um interessante parceiro na defesa de interesses comuns.

A China, por sua vez, buscava um espaço próprio na política internacional. Em 1972, Deng Xiaoping, anunciava que a China pertencia ao Terceiro Mundo e não mais ao “Campo Socialista”, enquanto dois anos depois, Mao Zedong desenvolvia a chamada “Teoria dos Três Mundos”. Com base nesse conceito, a China diminui o seu apoio aos movimentos revolucionários latino-americanos, objetivando desenvolver uma relação governo a governo, com a promessa de respeito ao princípio de não-interferência nos assuntos internos, tão propagados pelos chineses nos fóruns internacionais.

Além das relações diplomáticas e da cooperação nos fóruns internacionais, a China já despertava o interesse do empresariado brasileiro. No início dos anos 70, o Brasil, pela primeira vez, vende

açúcar ao mercado chinês, graças ao empenho do ministro Prati de Moraes que demonstrou ao presidente Médici que as questões comerciais não devem estar diretamente vinculadas às questões de cunho político. Em consequência dessa venda, em 1971, Horácio Coimbra inicia a missão da Companhia Cacique de Café Solúvel, contando com o apoio do governo brasileiro.

Em resumo, as relações bilaterais entre os dois países nas décadas de 60 e 70 foram modestas no plano econômico, mas no plano multilateral, houve uma concordância em relação aos principais temas da agenda internacional, com votos coincidentes desses países na maioria dos assuntos.

Outro país que, nos anos 60, teve sua relação fortalecida com o Brasil foi o Japão, que assumia importante papel como destino das exportações brasileiras e de investimento no Brasil. Entretanto, esse fortalecimento se deveu mais a iniciativas do Japão, que completava a sua recuperação econômica e despontava no comércio internacional, interessado no fornecimento brasileiro de matérias-primas brasileiras para o seu desenvolvimento econômico em troca de investimentos e fornecimento de produtos industrializados.

Na década de 70, as relações entre os dois países passam a se fortalecer também no plano político, havendo um forte interesse brasileiro de ampliação das relações bilaterais. Como demonstração dessa intenção de um estreitamento de laços bilaterais, que reduzisse as dependências, o presidente Geisel, em 1976, fez a primeira visita de um chefe de governo brasileiro ao Japão.

Ambos os países buscavam diminuir o papel preponderante dos Estados Unidos em suas relações externas, buscando uma maior inserção no sistema internacional. Entretanto, essa aproximação será fortemente afetada pelos desdobramentos da chamada “crise da dívida” no Brasil, na década de 80. levando ao desenvolvimento do fenômeno de *dekassêgui*, responsável pelo aumento do fluxo de capitais do Japão para o Brasil nos anos 90..

Com o fim da confrontação Leste-Oeste e, em consequência disso de mudanças políticas e econômicas implementadas, como a democratização e a abertura econômica, o Brasil se viu forçado, por tais mudanças, a rever sua estratégia de inserção internacional, passando a dar mais prioridade ao relacionamento com o Leste Asiático. Dessa forma, o governo Itamar Franco, em 1993, o continente asiático passou a ser uma das prioridades da diplomacia brasileira devido às oportunidades promissoras de cooperação nos campos científico e tecnológico e de mercado para exportações e importações.

Tal reposicionamento foi resultado de um duplo interesse por parte do governo brasileiro. Por um lado, foi motivado pela perspectiva de associação com uma região considerada um modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico com potenciais oportunidades de complementaridade e parcerias. Por outro, seria um espaço que, do ponto de vista político, atendia aos objetivos brasileiros de relacionamentos bilaterais e de posições semelhantes nos fóruns multilaterais, com vistas a garantir as diretrizes diplomáticas brasileiras de autonomia e diversificação das parcerias.

Mesmo com as mudanças de comando, o Brasil continuou definindo o Continente Asiático como uma das prioridades de sua política externa. Para demonstrar tal prioridade, o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo dos seus dois mandatos, realizou várias visitas a países asiáticos como: China, Malásia, Japão, Coreia do Sul, Timor Leste e Indonésia. O presidente Luís Inácio Lula da Silva também, em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2003, reafirmou a prioridade em relação ao Continente Asiático, citando nominalmente a necessidade de estreitamento de laços com o Japão, China e Índia.



Dessa forma, desde os anos 90, o Brasil se encontra num processo de revitalização de seu relacionamento com o Ásia, com algumas importantes diferenças em relação a períodos anteriores. Em primeiro lugar, o Japão continuou sendo o parceiro de maior importância no âmbito comercial e em investimentos, mas perdeu espaço para outros competidores. O Brasil ampliou fortemente as suas relações com a China, Coreia do Sul e com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Entretanto, tais melhorias foram afetadas pela crise asiática, provocando uma queda nos fluxos comerciais com os países do continente, representando uma forte queda nas exportações brasileiras e apenas, uma manutenção nas importações de produtos asiáticos.

No caso da Asean ocorreu uma certa ampliação das relações comerciais, em especial das importações brasileiras para os países do bloco, a partir da tentativa de associação direta ou por meio do Mercosul. Essa perspectiva de parceria Mercosul-Asean decorrente da estratégia de instrumentalização dos blocos para os processos de negociação dos novos arranjos internacionais e da tentativa de inserção nos organismos multilaterais da região Ásia-Pacífico.

Em 1997, durante a visita do Secretário-Geral da Asean à Argentina e ao Brasil, chegou à conclusão de que o aprofundamento da parceria Mercosul-Asean passava, primeiramente, pelo desenvolvimento de mecanismos políticos mais concretos e pela superação das falhas de conhecimento recíproco. Devido ao reconhecimento desse distanciamento, descartou-se, naquele momento, o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as duas regiões.

Em resumo, a crise asiática e a própria crise brasileira no início da década de 90, mesmo que tenha provocado retração nos fluxos comerciais e de investimentos, não impediu um aprofundamento das relações entre Brasil e os países do continente asiático, com vistas a um posicionamento mais próximo em relação aos desafios presentes do sistema internacional.

À primeira vista, muitos analistas apontam que as relações Brasil-Ásia seriam marcadas por dificuldades de priorização, já que o Brasil teria outros objetivos em âmbito regional e ocidental. Haveria um forte interesse na ampliação dos laços políticos e/ou parcerias comerciais com o continente asiático, mas ainda não estariam claras as formas de se atingir tais objetivos. Sendo assim, o relacionamento seria muito mais uma reação a fatores conjunturais ou a iniciativas asiáticas do que produto de uma postura ativa por parte do Brasil.

Que importância essa parceria teria para ambos os lados? A Ásia seria importante para o Brasil no que tange aos objetivos de diversificação de mercados e parcerias políticas, mas teria uma importância de caráter secundário, devido aos tradicionais laços brasileiros com a Europa e as Américas. Do lado asiático, a crise pela qual passou o Continente Asiático despertou o interesse pela América Latina e pelo Brasil, culminando com o desenvolvimento dos canais de aproximação que o Brasil não conseguia estabelecer, apesar da sua proclamada disposição, pois os países asiáticos perceberam a necessidade de diversificar as suas parcerias e não só ficarem ligados aos países ocidentais desenvolvidos.

Assim, em 1999, institucionalizou-se um mecanismo de aproximação entre a América Latina e a Ásia, o chamado Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (Focalal), tendo como ponto de partida a proposta de Cingapura, englobando os países-membro da Asean mais Japão, China e Coreia do Sul. Inicialmente, o Focalal tinha como objetivo principal a

institucionalização de uma aproximação política de alto nível e a implementação de programas e planos de ampliação dos laços econômicos, políticos e culturais entre as duas regiões.

O Focalal, portanto, teria um forte caráter simbólico ao buscar a ampliação e o aprofundamento das relações Ásia-América Latina, sem a intermediação e participação da superpotência norte-americana, demonstrando o crescente interesse asiático pelo continente latino-americano bem como a disposição de diferentes Estados da região em participar de tal processo. O fator que teria servido como um dos incentivos a essa iniciativa asiática era a percepção, por parte dos asiáticos, de que a Alca seria um projeto que seria efetivado no prazo estabelecido e representaria uma ameaça às possibilidades de inserção asiática no espaço latino-americano.

Esse duplo interesse, em primeiro lugar pelo Brasil, a partir da abertura do mercado e da estabilidade financeira e, em segundo, pela ampliação dos mercados por meio do processo de integração regional, o Mercosul, demonstra não só o interesse econômico-comercial, mas igualmente político-estratégico pela região latino-americana.

Até o presente momento, o Focalal tem sido muito discreto se comparado a outros processos de aproximação inter-regional. Como aponta TOLEDO, essa limitação estaria ligada ao fato de que ambas regiões dão ênfase prioritária ao relacionamento com os países ocidentais desenvolvidos e de que os países das duas regiões não estariam dispostos a enfrentar uma possível hostilidade por parte desses países, em resposta à ampliação dos laços inter-regionais.

## Referências Bibliográficas

ABDENUR, Roberto. “O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação”, in: Revista Política Externa, v. 2, n. 3, dez. 1993.

AMARAL JR., Alberto; SANCHEZ, Michelle Ratton (Org.). Relações sul-sul: países da Ásia e o Brasil. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

CANUTO, Otaviano. Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia. Nobel, 1994.

COUTINHO, Luciano. “Brasil e Coréia do Sul de 1950 a 2000: paralelos, sucessos e desastres”, in: J.L. Fiori (org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FUJITA, Edmundo S. (Org.). O Brasil e a Ásia no Século XXI: ao encontro de novos horizontes. Brasília: Ipri, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). “Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste. Primeira reunião de Chanceleres (Santiago, março de 2001)”, in: Carta Internacional, IX, v. 3, 2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) Coréia: Visões Brasileiras. Brasília: Ipri, 2002.

LEE, Sangki. Brasil e Coréia do Sul: aspectos políticos e econômicos do relacionamento bilateral. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1995.

OLIVEIRA, Amaury. “Coréia do Sul e Taiwan enfrentam o desafio da industrialização tardia”, in: Estudos Avançados, v. 7, n. 17, São Paulo, abr. 2003.

\_\_\_\_\_. “Hora da verdade para o capitalismo sul-coreano”, in: Revista de Política Externa, v. 9, n. 3, fev. 2000.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia” in: São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 1, São Paulo, Jan./Março 2002.

\_\_\_\_\_. “O Brasil e a Ásia”, in: A. C. Lessa; H.A. Oliveira (orgs.) Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.

TOLEDO, Ana Manuela. “Seguimiento y monitoreo de las actividades de foros de cooperación establecidos entre países Asia-Pacífico, Europa y America Latina” in: Informe Número III, Redealop, Buenos Aires, oct. 2005 apud “O Brasil e a Ásia”, in: A. C. Lessa; H.A. Oliveira (orgs.) Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.